

-----Ata reunião de Consulta Prévia-----

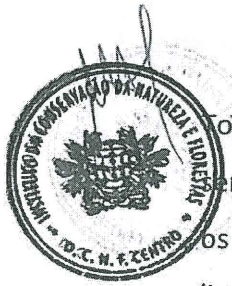
-----Zona de Intervenção Florestal de Vila Cova à Coelheira e Pendilhe-----



Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, pelas dezanove horas e trinta minutos teve lugar a reunião de consulta prévia relativa à constituição da Zona de Intervenção Florestal de Vila Cova à Coelheira e Pendilhe n.º405 /18, nos termos do disposto no artigo sétimo do Decreto-Lei n.º127/2001, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos decretos-lei n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, 27/2014, de 18 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 67/2017 de 12 de junho. A reunião realizou-se no Edifício da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira com a presença de: Núcleo Fundador da Zona de Intervenção Florestal de Vila Cova à Coelheira e Pendilhe, representado por Jorge Manuel Pereira Reis, representante da Freguesia de Vila Cova à Coelheira e Pendilhe; Nestor Pinto Ramos; Maria Teresa Carvalho Pereira Reis; António da Silva Carvalho; Resbio Lda, representada por Jorge Albuquerque, António Bernardo e Daniela Fraga; Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), representado pelo Eng.º Nuno Amaral; e proprietários e/ou produtores florestais na Zona de Intervenção Florestal de Vila Cova à Coelheira e Pendilhe, conforme lista de presenças anexa. Iniciada a sessão, tomou a palavra o Dr.º Jorge Albuquerque que deu as boas vindas a todos os presentes fazendo um enquadramento dos objetivos da reunião e uma pequena apresentação da entidade gestora e passou em seguida a palavra à técnica; Eng.ª Daniela Fraga, que está a elaborar o processo de constituição da ZIF de Vila Cova à Coelheira e Pendilhe para apresentação da mesma. A técnica começou por explicar em PowerPoint o que é uma ZIF, todo o seu enquadramento legal e demais informação, a sua delimitação, área total, bem como os objetivos, vantagens e implicações técnicas do processo para os proprietários e para a propriedade. -----

Novamente tomou da palavra o Dr.º Jorge Albuquerque que fez uma breve resenha da situação atual da distribuição dos fundos comunitários no contexto do PDR2020. Também sintetizou os principais objetivos da presente reunião e reforçou as vantagens da constituição das ZIF's.-----

Seguidamente foram levantadas algumas dúvidas por alguns proprietários e prestados os respetivos esclarecimentos, abaixo transcritos:-----



Tomou da palavra a Sr.ª Nestor Pinto Ramos que perguntou: - "Nos meus terrenos vão ser respeitados os marcos?" Foi explicado pelo Dr.ª Jorge Albuquerque que a gestão e os limites não têm qualquer alteração, e quando haja projectos é evidente que os limites serão respeitados e se houver estragos serão reparados. Tomou novamente a palavra o sr.ª Nestor que perguntou "por quem será feita a plantação quando o processo de constituição da ZIF estiver concluído?" O Dr.ª Jorge explicou que nesta primeira fase apenas estamos a constituir a ZIF, que é um processo que tem os seus passos e leva algum tempo (6 a 9 meses) a estar concluído dependendo da adesão dos proprietários. Depois da ZIF constituída é obrigação da entidade gestora elaborar o PGF, e assim que abrirem candidaturas para plantação, os proprietários serão informados e se assim o entenderem pode promover-se uma candidatura de plantação. Se o projeto vier aprovado, os proprietários podem fazer connosco, ou com outras empresas. Os proprietários são livres de executarem os trabalhos e as candidaturas com bem entenderem, pois os proprietários é que mandam, mas é evidente que também somos uma empresa e se houver entendimento também temos maior capacidade para o fazer. Continuou informando que também no futuro se houver apoios iremos candidatar à criação de equipas de sapadores florestais para se diminuir o risco de incêndio da freguesia e do concelho. Continuou o Sr.ª Nestor afirmando que não se importava atendendo ao que foi explicado que fosse 60% das receitas para ele e 40 % para a empresa (entidade gestora) se esta assumisse a gestão total. O Dr.ª Jorge esclareceu dizendo que tudo o que existe na propriedade é do dono e tudo o que for plantado também é do proprietário. Referiu que o modelo de gestão apresentado pelo Sr.ª Nestor é outro modelo que pode existir. Explicou ainda que, depois dos incêndios do ano passado o Governo, através das 10 medidas estruturais apresentadas para a florestas, apresentou legislação para criar as Entidades de Gestão Florestal (EGF'S). Este tipo de entidade será um outro patamar a ponderar depois da ZIF criada e que para já não é esse o nosso objectivo, porque achamos que para esse modelo de gestão ainda precisamos de uma reforma mais profunda da floresta, mas se as coisas correrem bem e se o governo orientar a legislação nesse sentido, nós podemos chegar a esse modelo de gestão, tal como se faz em França em que as Associações fazem a Gestão completa da Floresta. Afirmou também as condições em Portugal são diferentes e existe um elevado risco de incêndio pelas condições



climatéricas que possuímos e de há uns anos para cá não temos pessoas nem arrendar nos nossos terrenos. Deu a ideia que o Estado poderia dar apoio a um casal ou dois em cada freguesia que quisesse criar uns rebanhos e não complicasse com toda a problemática para criar uma queijaria e aí o risco de incêndio diminuía. Afirmou também que todos nós também deveríamos ter atenção aos nossos comportamentos para diminuir o risco de incêndio. Alertou posteriormente, que nestas reformas apresentadas para a floresta ninguém se lembrou e falou da questão da justiça, no entanto, o que aqui estamos a fazer hoje é dar um passo para conseguir os apoios e promover futuramente candidaturas de defesa da floresta contra incêndios, quer limpezas, quer plantações e contrariar o que aconteceu aqui no caso específico da junta de freguesia de Vila Cova à Coelheira que submeteu várias candidaturas no âmbito da floresta e que vieram aprovadas, mas que efetivamente não vieram a ser apoiadas financeiramente pois outras passaram à frente devido a estarem englobadas em ZIF. De seguida interveio o Sr.º Jorge Oliveira que perguntou como vão ser escolhidas as espécies? O Dr.º Jorge informou que vai ser elaborado o PGF e com o apoio dos técnicos, da legislação em vigor e com as condições aqui da zona, vão ser escolhidas as que melhor se adaptam aos vossos terrenos. Esclareceu que PGF é um plano a 20 anos que vai dizer a ocupação do solo e as potencialidades que tem para o futuro, e este PGF será elaborado de acordo com a legislação em vigor e será apresentado aos proprietários que posteriormente o aprovam. Informou que em caso de candidatura, por exemplo para uma plantação, o proprietário terá de ter conhecimento da espécie e terá de dar consentimento/autorização à entidade gestora a apresentar a candidatura para arborização e nada será feito sem o devido conhecimento e autorização dos proprietários. De seguida interveio o sr.º Silvério, declarando que a nível do Baldio o processo é mais fácil, pois o Baldio não está limpo e se estivesse limpo era mais fácil para os proprietários privados que têm os terrenos limpos à volta. O Dr.º Jorge esclareceu que estamos aqui exatamente para resolver este tipo de problemas, referiu ainda que querem ficar pé de igualdade com outras regiões que já têm ZIF, para fazer candidaturas que venham aprovadas para os Baldios e para os privados com as mesmas taxas de apoio. De seguida interveio o Sr.º Fernando Guedes perguntando que falaram em várias espécies como o pinheiro, carvalho, castanheiro e o eucalipto?



Interviu o Dr.º Jorge informando que efetivamente a Lei actual não permite novas plantações de Eucalipto apenas replantações onde já exista no final de 2 a 3 rotações.

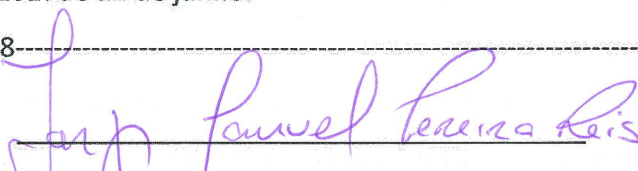
Eng.º Nuno Amaral tomou da palavra e reforçou que "com ZIF ou sem ZIF é a mesma coisa, pois a Lei que condiciona a plantação de eucaliptos está acima de tudo e temos de cumprir a lei." O Dr.º Jorge opinou, dizendo que a Lei nesse campo não deve alterar, pois a Zona Litoral está cheia de eucaliptos e o problema não é a espécie em si, mas o facto de nessas zonas ser só eucaliptos sem o devido ordenamento e sem descontinuidade. Posteriormente interveio o sr.º João Oliveira referindo que o ideal seria manter uma fábrica para consumir os matos e silvas. O Dr.º Jorge esclareceu que uma tonelada de Biomassa vale 27 euros, ou seja, o problema é que os matos e silvas não vão parar às centrais de biomassa pois a sua recolha e transporte não são rentáveis no actual modelo. O que era preciso era haver outro tipo de processos mais rentáveis para o aproveitamento dos matos.-----

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 21h00m da qual, para constar, se lavrou a presente ata.-----

Vila Cova à coelheira, 11 de Junho de 2018.-----

Eu, abaixo assinado, Jorge Manuel Pereira Reis, em representação do Núcleo Fundador, tendo delegado na Resbio Lda, todos os trâmites da apresentação e redação da ata da reunião de consulta prévia da ZIF de Vila Cova à Coelheira e Pendilhe, subscrevo-a e submeto-a à validação do ICNF, representado pelo Eng.º Nuno Amaral, presente na reunião em cumprimento do disposto no n.º5 do art.º7º do Decreto-Lei n.º 127/2001, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos Decretos-Lei n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, 27/2014, de 18 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 67/2017 de 12 de junho.-----

11 de Junho de 2018-----


Jorge Manuel Pereira Reis

(Representante do Núcleo Fundador da ZIF de Vila Cova à Coelheira e Pendilhe)

Eu, Nuno Amaral, na qualidade de representante do ICNF, nos termos do disposto no n.º5 do art.º7º do Decreto-Lei n.º 127/2001, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos Decretos-Lei n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro,

27/2014, de 18 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 67/2017 de 12 de junho, confirmo a autenticidade da presente ata que constitui reprodução de tudo quanto se passou na reunião de consulta prévia da ZIF de Vila Cova à Coelheira e Pendilhe, assim a validando.-

Eng.º   
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas